

O QUE DEFINE O PERFIL DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO?

Roque João Tumolo Neto, Raquel Trevizam

Resumo: Este estudo de natureza teórica e conceitual tem como objetivo avaliar o que são modelos de desenvolvimento e como estes modelos permeiam o *mainstream* político-econômico internacional em cada momento histórico e reconformam a agenda de desenvolvimento. Na busca dessa resposta, esse estudo “passeará” de mãos dadas com a temática do desenvolvimento por algumas “avenidas e vielas” ao longo dos últimos três séculos, desembocando no paradigma contemporâneo do desenvolvimento sustentável. O texto se propõe a capturar a trilha deixada pelas mutações do próprio conceito de desenvolvimento, focando sua atenção no período que vai do pós Segunda Guerra até cerca da Rio+20, desde a implantação da Organização das Nações Unidas - ONU até o momento atual, particularmente com a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e, a partir deles, tecer breves conjecturas sobre os anos à frente. A abordagem metodológica centrou-se em revisão de literatura sobre as características principais das ideias de desenvolvimento e dos modelos delas derivados. Como resultado do estudo foi visto que, apesar das boas intenções, a interação entre o modelo de desenvolvimento sustentável e o que se propõe definir por sustentabilidade, esta dificilmente se materializará dotada de propositividade, a não ser excepcional e provisoriamente, e enquanto esta interação não comprometer os aspectos lógicos do funcionamento do sistema produtivo capitalista que se espalha e domina todo o campo social.

Palavras-chave: Agenda; Desenvolvimento; Organização das Nações Unidas; Rio+20; Sustentabilidade.

Abstract: *The aim of this theoretical and conceptual research is to evaluate what are development models and how these models permeates the international political, economic and social mainstream in each historical moment and redo the development agenda. Searching for an answer, this study will walk hand-in-hand with the development theme along some “avenues and alleys” for the last three centuries, docking in the contemporary paradigm of the sustainable development. The text intends to follow the tracks left by mutations that happen to the concept of development along its trajectory, focusing the attention over the period between the Second World War, right after it, and around Rio + 20, since the creation of the United Nations Organization – UNO to the present moment, particularly considering the implementation of the Objectives of the Sustainable Development – OSD and, from them, speculating briefly about the years ahead. As to the methodological approach, a bibliographical research helped to establish the main characteristics of the ideas of development and the models derived from them. The results of the study showed that despite the good intentions, when one considers the interaction between the model of sustainable development with the concept proposed of sustainability, this interaction might positively materializes only exceptionally and temporarily while it does not threat the logical aspects and elements of the capitalist system, which spreads out through and dominates the whole social field.*

Keywords: *Agenda; Development; Rio+20; Sustainability; United Nations Organization.*

Introdução

A agenda de desenvolvimento pós 2015, que culmina nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aspira ser o novo marco global para o desenvolvimento. Uma vez acordada, será essa agenda que orientará as políticas e investimentos de países classificados como em desenvolvimento, aqui entendidos conceitualmente como periféricos (Furtado 1974; Wallerstein, 1979, 1987), e, principalmente, daqueles classificados como países de baixa renda, que dependem sobremaneira da cooperação internacional e dos financiamentos geridos pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs). Assim como aconteceu com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), o consenso ao redor dos ODS significa um pacto político da comunidade internacional e deverá, teoricamente, orientar a agenda das agências de cooperação internacionais e organizações multilaterais, servindo como instrumento para canalizar recursos e definir formatos e estratégias de atuação.

Se por um lado os ODMs foram importantes para elevar e legitimar internacionalmente a importância do combate à pobreza em um período marcado pelo evidente fracasso do decálogo de recomendações e condicionalidades do Consenso de Washington, por outro são inúmeras as críticas relacionadas ao seu processo de construção e resultados. Em busca de um consenso entre os diversos Estados-membros da ONU, os ODMs se constituíram em oito metas generalistas, baseados em receituários e desvinculados de outros compromissos firmados em âmbitos multilaterais ou regionais. Ainda, as metas pecavam, dentre outras coisas, por sua pouca reflexão sobre a desigualdade como causa da pobreza. Essas críticas hoje já relativamente aceitas após as várias conferências internacionais que contemplaram o desenvolvimento como parte intrínseca de suas preocupações, geram expectativa quanto às propostas e metas contidas nos ODS.

O processo de elaboração da agenda pós 2015 apresenta algumas respostas às críticas elaboradas aos ODMs, mas, segundo alguns de seus críticos, segue se configurando como uma agenda de desenvolvimento mínima na qual alguns desafios ainda se colocam e algumas contradições persistem. Nessa linha diz-se dos ODS que estes não superam antigas críticas feitas aos ODMs, tal como aquela que diz que sua elaboração e consecução estiveram apenas formalmente abertas à participação da sociedade civil, com grande desigualdade na alocação de recursos, informações e âmbitos de decisão. Da mesma forma, diz-se que embora os ODMs tenham provocado avanços nas questões de gênero, não promoveram mudanças significativas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Igualmente, embora tenham estimulado o reconhecimento da importância dos povos indígenas e comunidades tradicionais para o combate à insegurança alimentar, não fez com que estes fossem reconhecidos como atores fundamentais para o equilíbrio climático.

Outra crítica, e esta, no âmbito desse estudo é essencial, é aquela que diz que embora tal qual os ODMs os ODS também baseiam-se no tripé desenvolvimento econômico, social e ambiental, anteriormente proposto e replicado pela Rio +20, e incorporam em suas metas a necessidade de diminuir a desigualdade entre e dentro dos países, mas que, paradoxalmente, sobrevalorizam o papel do setor privado como alternativa de financiamento para o desenvolvimento e não exploram as contradições que o atual estágio de desenvolvimento capitalista impõe no que diz respeito às causas da desigualdade social e à crise climático-financeira-alimentar e energética, à captura do político pelo econômico e à financeirização de bens comuns e do meio ambiente.

Claramente, a formulação dos ODS é, em si, um importante campo de disputa sobre modelos de desenvolvimento e alternativas no âmbito internacional. Mas o que são modelos de desenvolvimento e como estes modelos permeiam o *mainstream* político-econômico internacional em cada momento histórico e reconformam as agendas de desenvolvimento? Na busca dessa resposta esse estudo “passeará” de mãos dadas com a temática do desenvolvimento por algumas “avenidas e vielas” ao longo dos últimos três séculos. O texto se propõe a capturar a trilha deixada pelas mutações do próprio conceito de desenvolvimento, focando as análises no período que vai do pós Segunda Guerra até cerca da Rio+20, particularmente desde a implantação da ONU até o momento atual com os ODS e, a partir deles, tecer breves conjecturas sobre os anos à frente.

Do Desenvolvimento e seus modelos

Dos primeiros estudos sistematizados de economia do século XVIII¹ até o final da Segunda Grande Guerra pouco se ouviu falar em desenvolvimento econômico, mas tão somente em riqueza e crescimento. Longe do ideário feudal, no qual a posse da terra era fator determinante à riqueza, e baseado inicialmente nas ideias de Quesnay formuladas em 1755 (Hobson, 2004), as atenções voltaram-se para a identificação da riqueza como resultado do bom uso produtivo da terra. Smith ([1776] 2003) atacou a questão da riqueza das nações pela dupla via da produção e do comércio em 1776. Depois vieram Ricardo ([1817] 1982), Marx ([1844] 1982) e Mill ([1848] 1986), com foco no crescimento dos fatores de produção, sua distribuição e resultados. Posteriormente, na primeira metade do século XX, os olhares dirigiram-se para o controle das flutuações cíclicas da economia e os ciclos de prosperidade e depressão.

Schumpeter foi o primeiro a tocar na questão do desenvolvimento em 1911², rompendo com essa abstenção. Até ali, a depender do viés ideológico do autor, o desenvolvimento econômico era tema pertencente ao campo da História Econômica ou da Economia Política. Contrário ao pensamento econômico liberal precedente, no qual os agentes econômicos possuem racionalidade absoluta e o ambiente econômico é marcado pela perfeita simetria de informações, Schumpeter se opôs à ideia reinante de que o crescimento econômico estivesse ligado ao ritmo de crescimento demográfico, quando ocorre o pleno emprego simultâneo dos fatores de produção nos mercados de bens, trabalho e capitais.

Assim, ele redefiniu as bases conceituais para o entendimento desse tema e criou novas categorias teóricas (Schumpeter, 1982) que permitiram uma análise inédita dos saltos qualitativos existentes no mundo concreto. Para ele, o processo de desenvolvimento econômico é resultante de mudanças revolucionárias, desvinculadas do passado, geradas no bojo do sistema produtivo econômico, embasadas na inovação tecnológica e promovidas pelo empresário inovador. A inovação é definida como um processo de orientação inédita dos fatores de produção. O desenvolvimento seria, em última instância, o resultado disso que Schumpeter chamou por destruição criativa (Schumpeter, 1982).

¹ Desconsiderou-se propositalmente nesse estudo a escola mercantilista.

² A exceção dentre esses estudiosos e economistas a falar primeiro e explicitamente sobre desenvolvimento econômico foi Schumpeter, em seu livro “A Teoria do Desenvolvimento Econômico” de 1911.

Seguida a essa contribuição schumpeteriana, a ideia de desenvolvimento ficou adormecida durante o período de guerras que se seguiu. Reapareceu somente após 1945, quando houve uma enorme transformação do ambiente e a palavra de ordem tornou-se reconstrução, factível somente com os recursos e a liderança do setor público.

Segundo Müller (1998), foi nesse ambiente que surgiram as teorias de desenvolvimento nos países capitalistas centrais³, as quais foram alinhavadas por um protagonismo estatal, motivado pela consolidação de um bloco rival ao capitalismo e potencializadas pelo surgimento de um conjunto de organismos e instâncias de cooperação internacionais.

De acordo com Enríquez (2010), as teorias do desenvolvimento pós 1945 poderiam ser divididas em quatro principais linhagens. Com alguns ajustes e o acréscimo de uma quinta linha, a mesma lógica foi usada nesse estudo. A primeira delas agrega as teorias clássicas de crescimento, nas quais crescimento e desenvolvimento se confundem integralmente. A segunda linha diz respeito às teorias de inspiração marxista ou neomarxista, que representam uma crítica aos modelos dominantes de crescimento. A terceira linha assenta-se nas teorias institucionalistas ou neoinstitucionalistas que procuram elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação dos resultados socioeconômicos. A quarta é composta pelas propostas de desenvolvimento sustentável, que vão desde um reformismo liberal até proposições de ruptura sistêmica, algumas de orientação marxista. Por fim, a quinta linhagem pode ser resumida no que passou a chamar de economia ecológica com a inserção explícita das preocupações quanto ao sobreuso dos recursos naturais.

Assim, são ilustrativos do primeiro grupo os modelos de Harrod/Domar dos estágios lineares de desenvolvimento (Harrod, 1939; Domar, 1946) e de Robert Solow (1957), além das etapas de crescimento de Rostow (1961,1969). Comum entre eles é a premissa que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, que, por sua vez, depende da relação capital/produto para projetar o crescimento do país.

Roberto Campos (Campos, 2000) salienta que o modelo Harrod e Domar serviu como receituário em um momento em que havia grande redundância de mão-de-obra na agricultura e o capital, composto por máquinas e equipamentos, era o fator mais escasso. Por conta disso, seu rendimento era linear, isto é, diretamente proporcional à quantidade disponível. Contudo, a realidade mostrou-se muito mais complexa do que o modelo e o próprio Domar chegou a reconhecer posteriormente essa simplificação.

Solow (1957), seguindo as trilhas de Domar e de certa forma a subvertendo, chamou atenção para o princípio que ficou conhecido como produtividade total dos fatores. Nele, a produção não é função apenas do capital e do trabalho, mas também da tecnologia e, portanto, a longo prazo, o crescimento é função das mudanças tecnológicas e não da taxa de investimento, a qual determina somente o nível do produto.

Rostow (1961, 1969) encontrou uso para a “teoria dos estágios lineares” de Domar, popularizando-a entre os planejadores desenvolvimentistas dos países industrializados, com vistas ao melhor caminho na transformação das sociedades agrárias subdesenvolvidas pelas potências econômicas desenvolvidas (Todaro, 1997). Assim, seria possível desenhar uma

³ Paralelamente, houve diversas outras formulações socialistas de desenvolvimento, que tiveram outro âmbito e outros organismos e instâncias de elaboração e aplicação, mas delas não se ocupou esse trabalho.

trajetória de modernização em países da América Latina, Ásia e África semelhante aos caminhos dos países então industrializados.

A publicação de seu livro “Estágios do Crescimento Econômico”⁴, em 1960, veio a preencher a lacuna econômica para justificar as razões de um intervencionismo econômico-financeiro que se seguiu nos países de base agrária ou industrial fraca por parte dos países centrais. A obra classificava o desenvolvimento em cinco estágios econômico a ser percorrido por determinada economia nacional até que esta chegasse à “decolagem” para o desenvolvimento autossustentado.

Situam-se no segundo grupo os posicionamentos teóricos à esquerda do espectro ideológico, que representam uma crítica aos modelos anteriores de crescimento. Nessa linha destacam-se aqui as teses estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-Cepal, as distintas interpretações da “escola da dependência” e os trabalhos de Celso Furtado.

Nos anos 1950, intelectuais da Cepal, instituição criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, fizeram a crítica à lei das vantagens comparativas⁵, dando fundamentação econômica à política de industrialização com participação ativa do Estado, além de haverem formulado a teoria estruturalista da inflação⁶ (Bresser-Pereira, 2005).

A Cepal pôde contar com a sinergia intelectual de expoentes do pensamento econômico da época que compartilhavam os mesmos pressupostos como Raul Prebisch, Aníbal Pinto e Oswaldo Sunkel, e, dentre eles, Celso Furtado, para quem o desenvolvimento devia ser o produto de uma estratégia nacional de industrialização e para legitimá-lo seria necessário fazer a crítica da lei das vantagens comparativas (Furtado, 1974).

Em uma linha consistente com as ideias da Cepal à época, Furtado afirmou que a América Latina caminhava para a estagnação devido à utilização de uma tecnologia trabalho-intensiva e à concentração de renda que ela provocava (Furtado, 1974). Somava-se a isto o fato de que, ao contrário do que previa a teoria do comércio internacional, os aumentos de salários nos países centrais não resultavam em baixa de preços, mas em aumento de salários proporcionais aos aumentos de produtividade, enquanto o mesmo não acontecia nos países em desenvolvimento com os ganhos de produtividade. Daí resultava a tese de que havia uma tendência secular à deterioração dos termos de intercâmbio (Bresser-Pereira, 2005).

Em terceiro plano temos as teorias neoinstitucionalistas, que procuram elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação dos resultados socioeconômicos. O principal objeto de estudo são as instituições políticas e econômicas e as regras formais e informais que conformam a cultura, o comportamento dos agentes e as organizações sociais. Nessa perspectiva têm-se as teses de Douglas North, Robert Putnam e algo de Joseph Stiglitz. O institucionalismo original de Veblen, de inícios do século XX, ocupava-se em negar que os padrões de consumo fossem o resultado do cálculo racional dos ganhos, como queriam os

⁴ Texto disponível em: <https://moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?id=339387> Acesso em 20/11/2015

⁵ Ao contrário do que pressupunha a teoria econômica clássica, a aplicação da lei das vantagens comparativas não permitia que os ganhos de produtividades que ocorriam com a industrialização nos países centrais se transformassem em baixa dos preços, beneficiando os países em desenvolvimento.

⁶ As origens reais da inflação se encontrariam nos problemas estruturais do desenvolvimento econômico do país. Isto significa necessariamente que o próprio processo de desenvolvimento teria que ser afetado pelas condições inflacionárias em que o mesmo ocorria.

economistas clássicos, ou as perdas marginais, como queriam os neoclássicos, inaugurando outro viés explicativo. Afirmava que tais padrões eram, isto sim, o resultado do hábito de “exibição emulativa” de imitar outros padrões de consumo (Veblen, 1994a, 1994b).

Os neoinstitucionalistas reencaminharam essa preocupação em outra direção. North (1981), em sua conceituação clássica, afirma que as instituições podem ser interpretadas como sendo as regras de um jogo. Do ponto de vista socioeconômico, a principal fonte das mudanças nestas regras residiria nas mudanças ocorridas nos preços relativos, que alterariam os incentivos dos agentes econômicos no processo de interação. Em North (1990), há uma preocupação evidente em aprofundar a interrelação entre o político e o econômico para além da simples relação entre o governante, em busca de receita fiscal, e a sociedade, que demanda a definição de direitos e oferta de bens públicos. O desenvolvimento derivaria, em última instância, da harmonização e fluidez dessa interrelação.

Quase na mesma linha de North, Robert Putnam preocupa-se em responder o porquê de alguns governos democráticos terem bom desempenho e outros não, e quais são as condições necessárias para se criar instituições fortes, responsáveis e eficazes promotoras de desenvolvimento. Segundo Putnam (1996), nesse recorte teórico institucionalista as instituições influenciam o resultado porque dialeticamente moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores, enquanto seu desempenho prático é moldado também pelo contexto social em que elas atuam. O desenvolvimento é o resultado dessa interação.

Na vertente do neoinstitucionalismo que foca nas instituições e desempenho econômico, Stiglitz (1990) faz coro a North (1990) e a Putnam (1996), por entender que as instituições desempenham um papel decisivo na dinâmica e no desenvolvimento de qualquer sistema econômico. Por meio delas é possível explicar o êxito ou fracasso, o crescimento ou a estagnação de um sistema socioeconômico.

Finalmente, têm-se as propostas de desenvolvimento sustentável, consubstanciado originalmente no Relatório Brundtland⁷ (Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991), adensadas mais recentemente por propostas de mercantilização da natureza, por meio de inúmeras ferramentas de valoração chamadas por economia verde⁸, até as proposições de ruptura sistêmica, que argumentam sobre a impossibilidade lógica da existência do desenvolvimento sustentável, como as de Goldsmith (1972, 1995), Altvater (1989, 1995), e Martinez-Allier (1994). A meio caminho há os que veem o desenvolvimento sustentável como uma construção possível, desde que respeitados os critérios de justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. É o caso de Pearce (1989, 1991) e Sachs (1981, 1993).

Das críticas ao consumismo e ao sobreuso dos recursos naturais que pautaram a agenda do inconformismo da década de 1960, passando nos anos 1970 pelo alerta do descompasso no crescimento populacional face ao crescimento e disponibilização da produção, chegou-se aos

⁷ Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues> Acesso em 21/11/2015

⁸ A definição mais largamente utilizada para a economia verde foi cunhada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), sendo considerada aquela que promove a melhoria do bem-estar humano e da igualdade, e, ao mesmo tempo, reduz significativamente os riscos ambientais. As três características principais das atividades dessa economia são: reduzir a emissão de carbono, ser eficiente no uso de recursos naturais e ser socialmente inclusiva.

anos 1980 com uma proposta de pacto de conciliação entre crescimento econômico e conservação da natureza, o desenvolvimento sustentável, o qual tem sido, daí em diante, alterado ao sabor das conveniências econômicas e políticas de toda sorte, ora incorporando, ora expurgando elementos, impossibilitando-lhe a devida conceituação.

Edward Goldsmith (1972, 1995), vê o pacto como um oxímoro. Adepto do ecologismo radical, enxerga no progresso técnico-científico e na sociedade industrial inconsistências que arrastam para a morte, senão a natureza inteira, com certeza a humanidade. Rejeita a ideia de que o sistema pode ser transformado de forma a conciliar criação de riquezas, bem-estar material e preservação do planeta. Já em 1972 publica com coautores o Manifesto pela Sobrevivência (*Blueprint of Survival*), no qual atribuía a culpa da degradação da natureza à ideologia do consumismo do supérfluo.

O pensamento de Altvater quanto ao desenvolvimento sustentável o coloca numa posição distanciada do ecofundamentalismo, do reformismo sustentável e do pensamento marxista radical, esse último postulante de uma implosão do capitalismo por conta de crises sociais ou econômicas inerentes à sua própria lógica funcional. O que ele não exclui, entretanto, é a possibilidade de um colapso do sistema ecológico global, com consequências sociais imprevisíveis (Altvater, 1995).

Joan Martinez-Alier defende a ideia de que o mundo hoje está diante de um conflito ecológico global que opõe desenvolvimento econômico, que favorece a poucos, à degradação ambiental, socializada pela massa da população mundial. Visto como um economista ecológico, tornou-se um dos principais proponentes da corrente na economia ambiental batizada de ecologia popular, motivo pelo qual foi nesse estudo alocado no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Sua premissa é que os países e populações pobres na busca da sustentabilidade podem - e devem- se defender contra o desenvolvimentismo, incorporando nas suas atividades econômicas a prática da sustentabilidade ambiental e a cogestão das áreas para que as populações locais tenham benefícios e que recebam pagamentos por serviços ambientais proporcionados por suas ações de conservação (Martinez-Alier, 1994).

David Pearce em seu trabalho *Blueprint for a Green Economy* (1989) afirma que o desenvolvimento sustentável tornou-se um artigo de fé, uma prova ou teste: muitas vezes citado, mas pouco explicado. Não desconsidera que há várias razões por que a sustentabilidade forte pode ser preferível à sustentabilidade fraca⁹. A não-substituibilidade, a incerteza e a irreversibilidade são razões estreitamente relacionadas (Pearce, 1989).

Pearce argumenta que o requisito de manter constante o valor total do capital é consistente com “gastar” o capital natural – i.e. com a degradação ambiental, desde que o capital de origem humana possa ser substituído por capital natural -, pois, se no passado custos e benefícios ambientais não foram habitualmente quantificados e incorporados na análise,

⁹ A sustentabilidade fraca propõe que basta apenas manter o estoque de capital total (natural e artificial) ao longo das gerações, defendendo que caso o capital natural diminua, essa diminuição poderá ser compensada pelo aumento do capital artificial. A sustentabilidade forte defende que o capital natural deve ser mantido ou aumentado entre as gerações, não sendo ambos os tipos de capital substitutos, mas sim complementares, devendo ser geridos em separado.

hoje o requisito do desenvolvimento sustentável de integração de fins ambientais e econômicos busca justamente integrar estes custos e benefícios ambientais atribuindo-lhes preços e incorporando-os nos cálculos (Pearce, 1991).

Ignacy Sachs defende a ideia que o desenvolvimento ambiental não pode ser dissociado das questões sociais e econômicas. Mas para haver uma relação de equilíbrio entre essas vertentes, é preciso intervenção do Estado para conter o mercado, que de forma geral não se preocupa com os custos sociais e ambientais (Sachs, 1993).

A partir dele e Maurice Strong, foi desenvolvido o termo ecodesenvolvimento (Sachs, 1981), que se popularizou a partir da Rio 92, evoluindo para desenvolvimento sustentável, mais usado atualmente. O discurso do desenvolvimento sustentável trata a realidade de forma holística, pois entende viver-se hoje em uma economia público-privada, na qual as decisões, os projetos, os investimentos não estão em uma só mão, havendo uma multiplicidade de atores que têm interesses distintos, muitas vezes conflitivos (Sachs, 2006).

Por fim, uma quinta linha, desenquadrada da tipologia básica proposta por Enriquéz (2010), é a economia ecológica, que fixa os seus pressupostos na justiça distributiva dos recursos naturais e ambientais (Daly, 1996) e nos limites ecossistêmicos ao desenvolvimento (Georgescu-Rogen, 1971). O pensamento de um de seus expoentes, Daly, entende ser impossível à economia mundial crescer sem pobreza e degradação ambiental, sendo o desenvolvimento sustentável um oxímoro somente possível de ser ajustado a partir de modificações substitutivas de cunho qualitativo (Daly, 1996).

Desenvolvimento e a Nova Agenda Global

A ideia de desenvolvimento permitiu diferentes abordagens ao longo do tempo, gerando uma multiplicidade de interpretações. Nenhuma dessas propostas deixou de mostrar caminhos, mas, independentemente da abordagem, se crescentista ou sustentável, a justiça socioambiental qualitativamente próspera ainda não havia se estabelecido quando os ODMs já apresentavam prazo de validade vencido. Novamente, então, novo rearranjo de propostas e metas foi estabelecido a partir dos ODS durante a Rio + 20 em 2012.¹⁰

Midiaticamente reconhecendo o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para promover ações de desenvolvimento humano e combate à pobreza, os países reunidos na Rio+20, apesar dos questionamentos advindos das muitas frentes, particularmente daquelas à esquerda do espectro político, concordaram com a necessidade de estabelecer novos parâmetros a alguns objetivos de desenvolvimento sustentável, qualificados como ações orientadas, concisas e de fácil compreensão e que fossem de natureza global e universalmente aplicáveis a todos os países. Os ODS propunham, assim, nesse redesenho, estabelecer ao longo dos dois anos seguintes à Rio+20 iniciativas que permitissem criar as bases e formular as estratégias para a consecução de um caminho propositivo.¹¹

¹⁰ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Tags.aspx?tag=cooperacao-sul-sul> Acesso em 26/11/2015

¹¹ Disponível em:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134:objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods&catid=100:chamada-2&lang=pt-BR&Itemid=433 Acesso em 23/11/2015

Um dos desafios estabelecidos para os ODS é o que trata da orientação coerente e convergente das políticas que assegurem a complementariedade de esforços em diferentes esferas – cooperação, comércio e financiamento. Contudo, a coerência de políticas requer uma visão consistente do desenvolvimento perseguido e, diante dos diversos interesses em disputa, a construção dessa visão se configura como uma tarefa complexa (e, talvez, impossível). Pode-se observar essa complexidade na Cooperação Sul-Sul brasileira, que se orienta a adensar suas relações com os países em desenvolvimento na busca de benefícios mútuos. Nessas relações, cooperação, incentivos comerciais, créditos concessionais e às exportações, muitas vezes, se misturam e conflituam¹².

Assim, é visível que a negociação dos ODS faz transparecer as diversas posições que estão disputando os caminhos da agenda de desenvolvimento internacional. Apesar das questões relacionadas à legitimidade e representatividade do processo de construção dos ODS, o engajamento neste debate não só é importante como essencial, pois ele pautará não só a agenda da cooperação internacional, mas também definirá as noções de desenvolvimento que serão difundidas pelas organizações multilaterais.

No intuito de exemplificar, a área da agricultura, em particular, reflete as tensões entre diferentes interesses e visões de desenvolvimento. O Brasil compartilha experiências em agricultura familiar ao mesmo tempo que promove o agribusiness via projetos de cooperação técnica e financeira. Para alguns, a complementariedade destas abordagens é o que justamente caracteriza a trajetória do desenvolvimento agrícola do País. No entanto, vale ressaltar que estas lógicas são, em sua essência, contraditórias.

Considerações Finais

Nesse ponto do estudo, cabe então estabelecer algumas considerações, que, dado às inúmeras imbricações sócio-político-econômicas e também geopolíticas, não podem ser qualificadas como finais, mas meramente como considerações. Primeiramente, como se depreende muito acertadamente na fala de Oliveira (2012), a concepção de Desenvolvimento Sustentável vem sendo apresentada como um receituário “inconteste” para a consecução de um equilíbrio socioecológico planetário, cujo escopo é o ajuste da natureza aos interesses econômicos por meio de estratégias para a conservação das riquezas naturais situadas, em maior parte, no território dos países periféricos.

Em segundo lugar, a sustentabilidade, repaginada agora parcialmente nos ODS e tratada como a panaceia para a superação dos problemas produtivos e distributivos, que matiza a tudo com sua paleta de cores que ressalta a justiça social, a harmonia entre os povos e entre esses e o meio ambiente, apresentando-se como a mais nova estratégia para desenvolvimento, enquanto, por conveniência, for mal interpretada como desenvolvimento sustentável, não conseguirá contribuir para alterar o paradigma utilitarista que a tem marcado tradicionalmente em sua relação mediadora entre o capital e os anseios sociais, sempre em benefício do primeiro e às expensas da incapacidade operacional e crítica do segundo (Daly, 1996). Algo similar pode ser dito quanto à relação nela existente entre o capital e o ambiente natural. Na prática, essas relações continuam sendo enfocadas sob um

¹² Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ES0911.pdf Acesso em 24/11/2015

ponto de vista meramente instrumental, servindo à ampliação do capital e à preservação de grupos sociais privilegiados (Layrargues, 1997).

Assim, relocando o termo desenvolvimento para fora da esfera de influência do discurso liberal e transferindo-o para a esfera do discurso do desenvolvimento sustentável, verifica-se a existência da mesma lógica sistêmica, pouco distributiva dos resultados do crescimento, apenas agora matizada pelas cores socioambientais. Na fala de Layrargues (2002), inexoravelmente, o mundo dos negócios sujeita-se a fechamentos de balanços empresariais anuais, e a distribuição dos resultados entre seus cotistas ou acionistas. A sustentabilidade, então, dentro dessa lógica deve ser entendida como um componente desse resultado não se traduzindo como uma questão de ética do bem comum.

Referências

ALTVATER, E. Ecological and Economic Modalities of Time and Space. *Capitalism-Nature-Socialism*, No. 3, 59-71. 1989.

_____. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora UNESP. 1995.

AMAZONAS, M. C. Desenvolvimento sustentável e a perspectiva das teorias econômicas institucionais. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Ed. Ibama. 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Lucro, acumulação e crise. São Paulo: Brasiliense. 1986.

_____. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In:

CAMPOS, R. O. (2000). Não basta investir. Disponível em: http://pensadoresbrasileiros.home.comcast.net/~pensadoresbrasileiros/RobertoCampos/não_basta_investir.htm. Acesso em: 2 de fevereiro de 2013.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Nosso Futuro Comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991.

DALY, H. E. On economics as a life science. *Journal of Political Economy*, n.76, v. 3, 392-406. 1968.

_____. The economics of the steady state. *The American Economic Review*, n. 64, v.2, 15-21. 1974.

_____. Economía, ecología e ética: ensayos hacia una economía en estado estacionario. México: *Fondo de Cultura Económica*. 1989.

_____. Crescimento sustentável? Não obrigado. In: Mander, J.; Goldsmith, E. *Economia global, economia local: a controvérsia*. Lisboa: Instituto Piaget. 1996.

DOMAR, E. O. Capital Expansion, Rate of Growth and Employment. *Econométrica*, 14. 1946.

ENRÍQUEZ, M. A. *Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond. 2010.

FURTADO, C. *Dialética do Desenvolvimento*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press. 1971.
- GOLDSMITH, E. *Blueprint of survival*. Boston: Pinguin, Harmon ds Worth & Haughton Miffin. 1972.
- _____. *O Desafio Ecológico*. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.
- HARROD, R. F. *An Essay in Dynamic Theory*. The Economic Journal, XLIX. 1939.
- HOBSON, J. M. *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LAYRARGUES, P. P. *Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito?* Proposta, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997
- _____. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. de S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. p. 179-219. São Paulo: Cortez. 2002.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, vol.1. 1996.
- _____. *Manuscrito Econômico –Filosóficos*, in *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural. 1982.
- MARTINEZ-ALIER, J. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. 2ª ed. revista e ampliada. Barcelona: Icaria Editorial. 1994.
- MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. *Limites do crescimento*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates. 1978.
- MILL, S. *Princípios de Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- MÜLLER, A. Las teorías del desarrollo: algunas reflexiones desde la actualidad. *Economía & Tecnología*, 1, 4-29. 1998.
- NORTH, D. C. *Structure and change in economic history*. New York: W. W. Norton & Company. 1981.
- _____. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press. 1990.
- _____. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1994.
- PEARCE, D., MARKANDYA, A.; BARBIER, E. *Blueprint for a Green Economy*. London: Earthscan. 1989.
- PEARCE, D. *Blueprint 2: Greening the World Economy*. London: Earthscan. 1991.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus. 2000.
- PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

- RICARDO, D. *Princípios da economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar. 1961.
- _____. A Decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado. In: AGARWALA, A.; SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice. 1981.
- _____. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Prefácio: M. F. Strong; trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo (FUNDAP). 1993.
- _____. *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond. 2006.
- _____. *Rumo à Ecosocioeconomia - teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora. 2007.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. Martins Fontes, 1a ed. 2003.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SOLOW, R. M. *A contribution to the theory of economic growth*. Quarterly Journal of Economics. v. 70, 65-94. 1956.
- _____. Technical Change and the Aggregate Production Function. *The Review of Economics and Statistics*. v. 39, n. 3, 312-320. 1957.
- STIGLITZ, J. *The economic role of the State*, 2nd. ed. Oxford: Basil Blackweel. 1990.
- TODARO, M. P. *Economic Development*. 6^a. ed. New York: Longman. 1997.
- VEBLEN, T.(a). The Theory of the Leisure Clas. In: The Collected Works of Thorstein Veblen (vol. 1) – An Economic Study of Institutions. London: Routledge/Thoemmes Press. 1994.
- _____. The Limitations of Marginal Utility. In: The Collected Works of Thorstein Veblen (vol. 8) – The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays. London: Routledge/Thoemmes Press. 1994.
- WALLERSTEIN, I. *O moderno sistema mundial: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Porto: Afrontamentos, 1979.
- _____. Periphery. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). *The New Palgrave: The world of economics*. London: Mcmillam, 1987.